Comunicado
Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim - Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim

CNPJ nº 09.538.688/0008–09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CARVE-OUT

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em Reais - R$)*

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante			
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	174.147	608.774
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	5	-	-
Estoques	6	82.971	-
Créditos diversos	7	23.263	42.567
Total do ativo circulante		280.381	651.341
Ativo não circulante			
Imobilizado	8	558.991	683.311
Total do ativo não circulante		558.991	683.311
Total do ativo		**839.372**	**1.334.652**

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante			
Fornecedores	9	153.301	176.494
Obrigações trabalhistas	10	725.042	671.831
Obrigações tributárias de terceiros	11	6.885	11.368
Total do passivo circulante		885.228	859.693
Passivo não circulante			
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	12	558.991	683.311
Total do passivo não circulante		558.991	683.311
Patrimônio líquido	14		
(Déficits) superávits acumulados		(208.352)	538.882
(Déficit) do exercício		(396.495)	(747.234)
Total do patrimônio líquido		**(604.847)**	**(208.352)**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**839.372**	**1.334.652**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido- Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais - R$)

	(Déficits) superávits acumulados	(Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**367.789**	**171.093**	**538.882**
Incorporação do superávit do ano anterior ao superávit acumulado	171.093	(171.093)	-
Déficit do exercício	-	(747.234)	(747.234)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**538.882**	**(747.234)**	**(208.352)**
Incorporação do déficit do ano anterior ao déficit acumulado	(747.234)	747.234	-
Déficit do exercício	-	(396.495)	(396.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(208.352)**	**(396.495)**	**(604.847)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais - R$)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - Estadual	15	6.579.320	5.993.126
Receitas com doações	18	106.960	-
		6.686.280	5.993.126
Custos e despesas operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	16	(5.736.122)	(5.774.859)
Serviços profissionais	17	(717.447)	(705.446)
Utilidade pública	18	(163.668)	(35.572)
Depreciações	8	(124.320)	(124.320)
Outras (despesas) operacionais	19	(371.869)	(156.286)
		(7.113.426)	(6.796.483)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(427.146)	(803.357)
Resultado Encerramento Contrato/Convênio			
Despesas financeiras	20	(3.448)	(13.459)
Receitas financeiras	20	34.099	69.582
Receitas financeiras, líquidas	20	30.651	56.123
(Déficit) do exercício		**(396.495)**	**(747.234)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2019	31/12/2018
(Déficit) do exercício	(396.495)	(747.234)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(396.495)**	**(747.234)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2019	31/12/2018
(Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) do exercício	(396.495)	(747.234)
Ajustes por:		
Depreciações	124.320	124.320
Variação de ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos financeiros vinculados a projetos	434.627	703.332
Estoques	(82.971)	-
Créditos diversos	19.304	(29.370)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(23.193)	6.599
Obrigações trabalhistas	53.211	60.619
Obrigações tributárias	(4.483)	6.054
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	(124.320)	(124.320)
Caixa líquido das atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	-	11.194
Adições no imobilizado	-	(11.194)
Caixa líquido das atividades de investimento	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out"
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: 1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"): O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, de saúde, de pesquisa e ensino (artigo 2º)". Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32. Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública. **1.2 Imunidade Tributária**: O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. **1.3 Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim ("Unidade")**: Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0008-09, localizada na Avenida Professor Adib Chaib, nº 1.001, Mogi Mirim. Em 2 de maio de 2012 foi celebrado Contrato de Gestão nº 001.0500.000.002/2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, assumindo a gestão a partir de 2 de maio de 2015 por 5 anos. A partir de 1º de maio de 2017, foi celebrado o novo contrato de Gestão nº 001.0500.000.009/2017, com vigência de 5 anos, com o repasse global estimado em R$ 29,4 milhões. O repasse de janeiro a dezembro de 2019 deste instrumento é de R$ 6,5 milhões. Para 2020 o montante estimado é de R$ 6,9 milhões, conforme termo de aditamento nº 01/2020. **1.4 Plano da Administração para o Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Mogi Mirim**: O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro encerrou o exercício de 2019 com déficit de R$ 396,5 mil, gerando patrimônio líquido a descoberto de R$ 604,8 mil, mesmo valor excedente do passivo circulante sobre o ativo circulante. O plano orçamentário da unidade para 2019 previa incremento de 18% na receita de custeio e o valor efetivamente acordado foi de 20%. No entanto, entre agosto à dezembro/19, ocorreu redução nas parcelas de custeio, totalizando queda de receita na ordem de R$ 615 mil. Esse foi o principal fato gerador do déficit operacional na unidade e se deu por solicitação da direção do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês à Secretaria Estadual da Saúde (SES) para que fosse repassado o valor correspondente ao Ambulatório Médico de Especialidades Maria Cristina Cury - AME Interlagos, tendo em vista a necessidade pontual de caixa daquela unidade. Essa decisão considerou o fato de que a unidade Lucy Montoro apresentava caixa suficiente para manutenção das atividades pactuadas, sem comprometer as metas quantitativas e qualitativas para o exercício de 2019. Considerando os fatores pontuais acima citados, a governança da unidade mantém como principais direcionadores a manutenção das boas práticas de gestão, o controle de despesas e a gestão de custos, acreditando serem fatores importantes para o atingimento do equilíbrio financeiro e da reversão do patrimônio líquido negativo, que deve começar a ocorrer já à partir de 2020. **2 Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas: a. Declaração de conformidade**: As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo orientações previstas na ITG 2002 (1) - Entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Unidade de Serviço de Reabilitação Lucy Montoro Mogi Mirim ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto. Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's). Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi aprovada pelo conselho de administração do Instituto em 24 de março de 2020. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**: Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos**: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas**: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 8 - valor residual do ativo imobilizado; Mensuração do valor justo. Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 21** - instrumentos financeiros. **d. Base de preparação das demonstrações contábeis**: As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **3 Principais práticas contábeis**: As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir. **a. Recursos vinculados a projetos**: Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. **b. Estoques**: Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2019, data de transição do Instituto para as normas CPCs (IRFS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. **(ii) Custos subsequentes**: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação**: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis. Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior. **d. Redução ao valor recuperável**: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **e. Obrigações trabalhistas**: Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. **f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**: Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **g. Provisão para demandas judiciais**: O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**: O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **i. Subvenções governamentais**: Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com o Governo, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma: **Subvenção para custeio**: Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas. **Subvenção para investimentos**: relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada. **j. Apuração do resultado do exercício**: As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelo ente público geralmente no início do mês seguinte à competência. **k. Receitas com trabalhos voluntários**: As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out". **l. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial**: Os recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(i) Classificação e mensuração subsequente**: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018 o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR): Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim

CNPJ nº 09.538.688/0008–09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CARVE-OUT

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecida no resultado. **(ii) Desreconhecimento**: O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iii) Compensação**: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **m. Arrendamentos**: O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2019, o Instituto não possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2). **n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Instituto não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras: - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

4 Recursos financeiros vinculados a projetos

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	-	42
Aplicações financeiras	174.147	608.732
	174.147	**608.774**

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 82% a 94% do CDI (em 2018 a remuneração ficou em 81% A 84% do CDI).

5 Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2019	31/12/2018
Lucy Montoro	-	-

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2018	Recursos de Custeios	Recursos Recebidos	Recursos a Receber 31/12/2019
Lucy Montoro	-	6.455.000	(6.455.000)	-

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2017	Recursos de Custeios	Recursos Recebidos	Recursos a Receber 31/12/2018
Lucy Montoro	-	5.880.000	(5.880.000)	-

Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde "custeio", compostos dos termos de retirratificação números 01/2019 e 02/2019, totalizando R$ 6.455.000,00.

6 Estoques

	31/12/2019	31/12/2018
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	77.693	-
Medicamentos, materiais médico-cirúrgico e enfermagem	5.278	-
	82.971	**-**

No exercício de 2019 foi implantado o controle de estoque, nos exercícios anteriores estas compras eram registradas diretamente no resultado.

7 Créditos diversos

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a funcionários	21.839	31.082
Despesas a apropriar	1.424	11.485
	23.263	**42.567**

8 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação Acumulada	2019	2018
Instalações	10%	813.441	(406.720)	406.721	488.065
Móveis e utensílios	10%	209.238	(139.376)	69.862	90.633
Máquinas e equipamentos médicos	10%	196.882	(121.563)	75.319	94.609
Máquinas e equipamentos em geral	10%	7.120	(890)	6.230	6.366
Software e hardware	20%	62.991	(62.132)	859	3.638
Total		**1.289.672**	**(730.681)**	**558.991**	**683.311**

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Instalações	813.441	-	-	813.441
Móveis e utensílios	209.238	-	-	209.238
Máquinas e equipamentos médicos	196.882	-	-	196.882
Máquinas e equipamentos em geral	7.120	-	-	7.120
Software e hardware	62.991	-	-	62.991
Total custo	1.289.672	-	-	1.289.672
Depreciação				
Instalações	(325.376)	(81.344)	-	(406.720)
Móveis e utensílios	(118.605)	(20.771)	-	(139.376)
Máquinas e equipamentos médicos	(102.273)	(19.290)	-	(121.563)
Máquinas e equipamentos em geral	(754)	(136)	-	(890)
Software e hardware	(59.353)	(2.779)	-	(62.132)
Total depreciação	(606.361)	(124.320)	-	(730.681)
Saldo líquido	**683.311**	**(124.320)**	**-**	**558.991**

Custo Reapresentado	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Instalações	813.441	-	-	813.441
Móveis e utensílios	207.699	1.539	-	209.238
Máquinas e equipamentos médicos	192.982	3.900	-	196.882
Máquinas e equipamentos em geral	1.365	5.755	-	7.120
Software e hardware	62.991	-	-	62.991
Total custo	1.278.478	11.194	-	1.289.672
Depreciação				
Instalações	(244.032)	(81.344)	-	(325.376)
Móveis e utensílios	(97.834)	(20.771)	-	(118.605)
Máquinas e equipamentos médicos	(82.983)	(19.290)	-	(102.273)
Máquinas e equipamentos em geral	(618)	(136)	-	(754)
Software e hardware	(56.574)	(2.779)	-	(59.353)
Total depreciação	(482.041)	(124.320)	-	(606.361)
Saldo líquido	**796.437**	**(113.126)**	**-**	**683.311**

9 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	153.301	176.494

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares. Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidos (a)	277	5.769
A vencer até 30 dias	138.239	159.411
A vencer de 31 a 180 dias	14.785	11.314
	153.301	**176.494**

(a)A administração passou a negociar junto aos credores, no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem acréscimo legais de multas, juros ou quaisquer outras taxas, obtendo, na maioria dos casos, êxito nas negociações, escalonando os pagamentos e cumprindo com os parcelamentos acordados.

10 Obrigações trabalhistas

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para férias e encargos sobre férias	383.714	348.545
Salários e ordenados a pagar	202.276	194.346
Contribuições e encargos sociais	139.052	128.940
	725.042	**671.831**

11 Obrigações tributárias de terceiros

	31/12/2019	31/12/2018
INSS pessoa jurídica	3.869	6.220
ISS	1.766	2.314
PIS / COFINS / CSLL	1.034	2.357
IRRF	216	477
	6.885	**11.368**

12 Subvenção de bens a apropriar - imobilizado

	31/12/2019	31/12/2018
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	**558.991**	**683.311**

	Movimento de 2019				
	Saldo em 31/12/2018	Total de aquisições	Total de Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2019
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	683.311	-	-	(124.320)	558.991

	Movimento de 2018				
	Saldo em 31/12/2017	Total de aquisições	Total de Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2018
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	796.437	11.194	-	(124.320)	683.311

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenção de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide nota explicativa nº 7. **13 Provisão para contingências:** O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Instituto não possuía processos judiciais em aberto de naturezas cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável. **14 Patrimônio líquido**: Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão. **Remuneração da administração**: O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do conselho de administração e conselho fiscal.

15 Recursos dos contratos de gestão - Estadual

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com contrato de gestão Estadual - Lucy Montoro (a)	6.455.000	5.868.806
Receita com Subvenção de Imobilizado	124.320	124.320
	6.579.320	**5.993.126**

(a) As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 5.

16 Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e encargos	(4.769.970)	(4.580.265)
Materiais de consumo	(561.088)	(807.213)
Segurança e vigilância	(172.888)	(182.352)
Higiene e limpeza	(188.430)	(165.810)
Serviços médicos	(21.128)	(23.129)
Medicamentos e materiais	(22.144)	(15.796)
Nutrição	(40)	-
Lavandeira e rouparia	(434)	(294)
	(5.736.122)	**(5.774.859)**

17 Serviços profissionais

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(472.527)	(427.553)
Consultoria e assessoria	(45.474)	(56.779)
Suporte em infraestrutura de TI	(102.468)	(45.830)
Manutenção e conservação	(93.876)	(165.600)
Auditoria	(3.102)	(9.684)
	(717.447)	**(705.446)**

(a) Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto para a unidade de acordo com o termo de cooperação.

18 Utilidade pública

	31/12/2019	31/12/2018
Energia elétrica (a)	(99.213)	-
Água (a)	(7.747)	-
Telecomunicações	(56.708)	(35.572)
	(163.668)	**(35.572)**

(a) As despesas com energia elétrica e água são custeadas mediante doação da prefeitura de Mogi mirim, porém passaram a ser registradas apenas no exercício de 2019. Este montante de R$ 106.960 encontra-se também na rubrica "Receitas com doações".

19 Outras (despesas) operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Locação de equipamento	(209.033)	(89.783)
Inventários nos estoques	(125.555)	-
Ornamentação e paisagismo	(23.700)	(27.300)
Uniforme / E.P.I	(2.578)	(27.418)
Despesas legais / fiscais / parafiscais	(2.445)	(2.253)
Arquivos e guarda de documentos	(3.502)	-
Despesas de viagem	-	(7.211)
Outras despesas	(5.056)	(2.321)
	(371.869)	**(156.286)**

20 Receitas financeiras, líquidas

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	34.099	69.567
Descontos obtidos	-	15
	34.099	**69.582**
Despesas financeiras		
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	(9.589)
Outras despesas financeiras	(3.448)	(3.870)
	(3.448)	**(13.459)**
	30.651	**56.123**

21 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o Instituto não efetuou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018), o Instituto está sujeito aos fatores de: **(i) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2019 Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratuais Total	6 meses ou menos	06-12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	153.301	153.301	153.301	-	-	-

31/12/2018 Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratuais Total	6 meses ou menos	06-12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	176.494	176.494	176.494	-	-	-

(ii) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco do Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Recursos financeiros vinculados a projetos	4	174.147	608.774
Créditos diversos	7	23.263	42.567
Total		**197.410**	**651.341**

Instrumentos financeiros "Não derivativos": Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2. A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

	2019	2018	Classificação
Ativos			
Recursos financeiros vinculados a projetos	174.147	608.774	Custo amortizado
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	-	-	Custo amortizado
Créditos diversos	23.263	42.567	Custo amortizado
Passivos			
Fornecedores	153.301	176.494	Outros passivos financeiros

22 Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social: Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal. **PIS e COFINS:** Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP. **ISS sobre a receita (ISSQN)**: O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços. Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços. Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público. A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, mediante requerimento nº15.481/20018, para o exercício de 2019. **Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2019 e de 2018. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza);
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias;
- ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos); O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Estadual e Municipal. Muito embora exista orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/CODELEGIS / COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse.

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim

CNPJ nº 09.538.688/0008–09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CARVE-OUT

	31/12/2019	31/12/2018
Receita dos contratos de gestão - Estadual	**6.579.320**	**5.993.126**
ISS 5%	328.966	299.656
PIS 0,65%	42.766	38.955
COFINS 3%	197.380	179.794
	569.112	**518.405**
Déficit (superávit) do exercício	(396.495)	(747.234)
IRPJ e CSLL 34%	**-**	**-**
Receita com doações	106.960	-
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)	**4.278**	**-**
Total das estimativas e principais renúncias	**573.390**	**518.405**

23 Isenção de INSS cota patronal

Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015). Em 07/08/2018 foi apresentado requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.136428/2018-58. Em 29 de julho de 2019 foi publicada a Portaria nº 900 que tornou público o indeferimento do pedido de renovação do CEBAS. Em 12 de setembro de 2019 foi apresentado o recurso administrativo, nos termos do art. 26 da lei nº 12.101/ 2009, sendo indevido o provisionamento enquanto não encerre a fase recursal na esfera administrativa. Até a data desta publicação não houve retorno quanto a apresentação do recurso. Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2019 e 2018 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e encargos	4.769.970	4.580.265
Total da estimativa de isenção (Consolidado)		
INSS cota patronal (27,16%)	**1.295.524**	**1.244.000**

Maria Angela Atallah Presidente do Conselho Administrativo do Instituto	**Mario Sergio Cutait** Membro do Conselho Administrativo do Instituto	**Géferson Alcantara Antunes** Diretor Executivo	**Cláudio Augusto Generoso** Gerente Financeiro e Contábil	**Ricardo Briquezi Bezerra** Contador CRC 1SP250100/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"

Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor da **Unidade de Serviço de Reabilitação Lucy Montoro**
Mogi Mirim - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Unidade de Serviço de Reabilitação Lucy Montoro ("Entidade"), filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidade de Serviço de Reabilitação Lucy Montoro, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve out"

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Consequentemente, essas demonstrações financeiras "carve- out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que em 31 de dezembro de 2019 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava deficiência de capital de giro e patrimônio líquido negativo em R$ 604.847. O Instituto vem buscando alternativas junto à Secretaria Estadual da Saúde visando a renegociação dos valores dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - restrições sobre uso e distribuição

As demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Unidade de Serviço de Reabilitação Lucy Montoro e Secretaria Estadual da Saúde.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out".

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos A Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Unidade - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim

CNPJ nº 09.538.688/0008–09

Relatórios de Atividades Assistenciais

Demonstrativo de Produção Assistencial: Demostramos abaixo o relatório de execução técnica, referente a produção assistencial do exercício de 2019

271 - Consultas Médicas	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Primeiras Consultas Rede	180	166	180	166
Interconsultas	114	95	114	109
Consultas Subseqüentes	1.740	2.275	1.740	1.930
Total	**2.034**	**2.536**	**2.034**	**2.205**

414 - Acompanhamento - Procedimentos Médicos	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Procedimentos Médicos	30	1	30	31

416 - Acompanhamento - Oficinas	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Oficinas	420	570	420	551

415 - Acompanhamento - Fornecimento de Órteses, Próteses e Outros	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Órteses	156	222	156	162
Próteses	24	25	24	19
Meios de Locomoção	192	232	192	240
Outros	0	0	0	0
Total	**372**	**479**	**372**	**421**

417 - Acompanhamento - Atividade Educativa	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Grupos	36	49	36	43
Pacientes Atendidos	132	189	132	150

412 - Consultas /Sessões Não Médicas	1º Semestre		2º Semestre	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Consultas Não Médicas	6.300	6.804	6.300	6.377
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	10.956	12.073	10.956	11.839
Total	**17.256**	**18.877**	**17.256**	**18.216**

certificadodigital
um serviço com a excelência Imprensa Oficial
Imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Conheça o nosso novo portal de certificados digitais
Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado
COMPRAR UM CERTIFICADO
CLIENTES DE GOVERNO
RENOVAR MEU CERTIFICADO
INSTALAR MEU CERTIFICADO
TENHO UM VOUCHER
SUPORTE TÉCNICO
Acesse e descubra
certificadodigital.imprensaoficial.com.br